PMEPC 2013

Município de Torre de Moncorvo

Janeiro de 2013

Versão Final

Plano Municipal de Emergência de Proteção Civil

Promovido Por:

Financiado por:

Elaborado por:

Ficha Técnica

Realização

Municípia, E.M., S.A.

Av. Prof. Dr. Cavaco Silva, Edifício Ciência II,
Nº 11, 3º B, Taguspark
2740-120 Porto Salvo – Portugal

Câmara Municipal de Torre de Moncorvo
Largo do Castelo
5160-267 Torre de Moncorvo

Promovido Por:

Financiado por:

Associação dos Municípios do Douro Superior	
Direção do Projeto	Dr. Emídio Baptista
Equipa Técnica	Eng.ª Donírea Afecto
Equipa Técnica	Dra. Daniela Serra
Equipa Técnica	Dr. Nuno Trigo

Câmara Municipal	
Presidente	Fernando António Aires Ferreira
Vereador da Proteção Civil	José Manuel Aires

Municípia, E.M., S.A.	
Coordenação e Direção do Projeto	Nelson Mileu
Gestão do Projeto	Frederico Antunes
Equipa Técnica	Hélder Murcha
Equipa Técnica	Ana Ribeiro
Coordenação da Equipa de Avaliação de Riscos	José Luís Zêzere (Instituto de Geografia e Ordenamento do Território Universidade de Lisboa)
Caracterização do território e Avaliação de riscos	Inês Fonseca (IGOT-UL) Eusébio Reis (IGOT-UL) Susana Pereira (IGOT-UL)
Recolha e tratamento de informação	Raquel Melo (IGOT-UL) Cristina Henriques (IGOT-UL) Aldina Piedade (IGOT-UL) Ana Costa (IGOT-UL)

Índice

PARTE I – ENQUADRAMENTO GERAL DO PLANO 12

1. INTRODUÇÃO 13
2. ÂMBITO DE APLICAÇÃO 13
3. ENQUADRAMENTO LEGAL 15
4. ANTECEDENTES DO PROCESSO DE PLANEAMENTO 16
5. ARTICULAÇÃO COM INSTRUMENTOS DE PLANEAMENTO E ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO 16
6. ATIVAÇÃO DO PLANO 18
   6.1. Competências para a ativação do Plano 18
   6.2. Critérios para a ativação do Plano 18
7. PROGRAMA DE EXERCÍCIOS 22

PARTE II – ORGANIZAÇÃO DA RESPOSTA 23

1. CONCEITO DE ATUAÇÃO 24
2. EXECUÇÃO DO PLANO 26
   2.1. Fase de emergência 27
   2.2. Fase de reabilitação 32
3. ARTICULAÇÃO E ATUAÇÃO DE AGENTES, ORGANISMOS E ENTIDADES 36
   3.1. Missão dos agentes de Proteção Civil 38
      3.1.1. Fase de emergência 39
      3.1.2. Fase de reabilitação 41
   3.2. Missão dos organismos e entidades de apoio 42
      3.2.1. Fase de emergência 42
      3.2.2. Fase de reabilitação 47
   3.3. Missão das estruturas autárquicas 51
      3.3.1. Fase de emergência 51
      3.3.2. Fase de reabilitação 52

PARTE III – ÁREAS DE INTERVENÇÃO 54

1. ADMINISTRAÇÃO DE MEIOS E RECURSOS 55
2. LOGÍSTICA 57
   2.1. Apoio Logístico às Forças de Intervenção 58
   2.2. Apoio Logístico às populações 61
3. COMUNICAÇÕES 67
   3.1. Rede Operacional de Bombeiros (ROB) 68
   3.2. Rede Estratégica de Proteção Civil (REPC) 69
   3.3. SIRESP 70
   3.4. Organização das comunicações 70
4. GESTÃO DA INFORMAÇÃO 72
   4.1. Gestão da Informação entre entidades e agentes envolvidos nas ações de socorro 72
   4.2. Gestão da Informação a entidades públicas e privadas que colaboram com as ações de socorro e reabilitação 74
   4.3. Gestão da Informação Pública 75
5. PROCEDIMENTOS DE EVACUAÇÃO 77
6. MANUTENÇÃO DA ORDEM PÚBLICA 81
7. SERVIÇOS MÉDICOS E TRANSPORTE DE VÍTIMAS 83
8. SOCORRO E SALVAMENTO 86
9. SERVIÇOS MORTUÁRIOS 89
10. PROTOCOLOS 92

PARTE IV – INFORMAÇÃO COMPLEMENTAR 93

SECÇÃO I 94

1. ORGANIZAÇÃO GERAL DA PROTEÇÃO CIVIL EM PORTUGAL 94
   1.1. Estrutura de Proteção Civil 95
      1.1.1. Direção Política 96

1.1.2. Coordenação Política 96
1.1.3. Órgãos de Execução 97
1.2. Estrutura das Operações 99
1.2.1. Sistema de Gestão de Operações 99
1.2.1.1. Funções na estrutura da organização 102
1.2.1.2. Teatro de operações 105
1.2.2. Comando Operacional 106
1.2.3. Coordenação Institucional 107
2. MECANISMOS DA ESTRUTURA DE PROTEÇÃO CIVIL 108
2.1. Composição, convocação e competências da comissão de Proteção Civil 108
2.2. Critérios e âmbito para a declaração das situações de alerta, contingência ou calamidade 109
2.3. Sistema de monitorização, alerta e aviso 110
2.3.1. Monitorização 110
2.3.2. Alerta 114
2.3.3. Aviso 115

SECÇÃO II 117

1. CARACTERIZAÇÃO GERAL 117
2. CARACTERIZAÇÃO FÍSICA 117
2.1. Características Geomorfológicas 117
2.2. Características Climáticas 127
2.3. Características da Vegetação 129
3. CARACTERIZAÇÃO SOCIOECONÓMICA 132
3.1. Principais aspetos demográficos 132
3.2. Principais aspetos habitacionais 142
3.3. Principais aspetos económicos 147
4. CARACTERIZAÇÃO DAS INFRAESTRUTURAS 150
5. CARACTERIZAÇÃO DO RISCO 161
5.1. Introdução 161
5.2. Identificação do Risco 165
5.2.1. Ondas de Calor 166
5.2.2. Vagas de Frio 170
5.2.3. Nevões 173
5.2.4. Cheias e Inundações 178
5.2.5. Secas 182
5.2.6. Sismos 188
5.2.7. Movimentos de Massa em Vertentes 190
5.2.8. Acidentes Rodoviários 195
5.2.9. Acidentes Fluviais 197
5.2.10. Acidentes no Transporte Terrestre de Mercadorias Perigosas 199
5.2.11. Colapso de Túneis, Pontes e outras Infraestruturas 199
5.2.12. Cheias e Inundações por Rutura de Barragens 201
5.2.13. Colapso de Galerias e Cavidades de Minas 203
5.2.14. Acidentes em Instalações de Combustíveis, Óleos e Lubrificantes 204
5.2.15. Incêndios e Colapsos em Centros Históricos e em Edifícios com Elevada Concentração Populacional 205
5.2.16. Incêndios Florestais 207
5.3. Análise de Risco 212
5.3.1. Ondas de Calor 214
5.3.2. Vagas de frio 216
5.3.3. Nevões 217
5.3.4. Cheias e Inundações 218
5.3.5. Secas 221
5.3.6. Sismos 223
5.3.7. Movimentos de Massa em Vertentes 226
5.3.8. Acidentes Rodoviários 228
5.3.9. Acidentes Fluviais 229
5.3.10. Acidentes no Transporte Terrestre de Mercadorias Perigosas 229
5.3.11. Colapso de Túneis, Pontes e outras Infraestruturas 230

5.3.12. Cheias e Inundações por Rutura de Barragens 230
5.3.13. Colapso de Galerias e Cavidades de Minas 231
5.3.14. Acidentes em Instalações de Combustíveis, Óleos e Lubrificantes 232
5.3.15. Incêndios e Colapsos em Centros Históricos e em Edifícios com Elevada Concentração Populacional 232
5.3.16. Incêndios florestais 235
5.4. Estratégias de Prevenção e Mitigação do Risco 237
5.4.1. Instrumentos que concorrem para a mitigação dos Riscos 238
5.4.2. Legislação específica para a mitigação dos Riscos 238
5.4.3. Projetos ou programas integrados destinados a mitigar os riscos 238
5.4.4. Planos de Ordenamento do Território 243
6. CENÁRIOS 244
6.1. Cenário Hipotético de Incêndio Florestal 244
6.2. Cenário hipotético de Movimentos de Massa em Vertentes 247
6.3. Cenário Hipotético de Vagas de Frio / Calor 252
6.3.1. Vagas de Frio 252
6.3.2. Ondas de Calor 255
6.4. Cenário Hipotético de Cheias e Inundações 260
7. CARTOGRAFIA (EM ANEXO) 265

SECÇÃO III 266

1. INVENTÁRIO DE RECURSOS E MEIOS 266
2. LISTA DE CONTACTOS 268
3. MODELOS DE RELATÓRIOS E REQUISIÇÕES 286
4. MODELOS DE COMUNICADOS 291
5. LISTA DE ATUALIZAÇÕES DO PLANO 299
6. LISTA DE EXERCÍCIOS DO PLANO 300
7. LISTA DE DISTRIBUIÇÃO DO PLANO 301
8. LEGISLAÇÃO 302
9. BIBLIOGRAFIA 306
10. GLOSSÁRIO 309
11. ANEXOS 312

Índice de Esquemas

ESQUEMA 1 – ESTRUTURA OPERACIONAL 27
ESQUEMA 2 – AGENTES DE PROTEÇÃO CIVIL EXISTENTES NO MUNICÍPIO 37
ESQUEMA 3 – ENTIDADES COM ESPECIAL DEVER DE COOPERAÇÃO NO MUNICÍPIO 38
ESQUEMA 4 – ESQUEMA DOS PROCEDIMENTOS DE COORDENAÇÃO PARA APOIO SOCIAL ÀS POPULAÇÕES 64
ESQUEMA 5 – ESQUEMA DOS PROCEDIMENTOS DE COORDENAÇÃO PARA APOIO PSICOLÓGICO ÀS POPULAÇÕES 64
ESQUEMA 6 – ROB NO TEATRO DE OPERAÇÕES 69
ESQUEMA 7 – ORGANOGRAMA DAS COMUNICAÇÕES 71
ESQUEMA 8 – ORGANIZAÇÃO DO SISTEMA DE COMUNICAÇÕES DO PMEPC 72
ESQUEMA 9 – PROCEDIMENTOS E INSTRUÇÕES DE COORDENAÇÃO (GESTÃO DE INFORMAÇÃO ÀS ENTIDADES INTERVENIENTES) 75
ESQUEMA 10 – PROCEDIMENTOS E INSTRUÇÕES DE COORDENAÇÃO (GESTÃO DE INFORMAÇÃO PÚBLICA) 77
ESQUEMA 11 – PROCEDIMENTOS E INSTRUÇÕES DE COORDENAÇÃO (EVACUAÇÃO) 79
ESQUEMA 12 – PROCEDIMENTOS E INSTRUÇÕES DE COORDENAÇÃO (MANUTENÇÃO DA ORDEM PÚBLICA) 83
ESQUEMA 13 – PROCEDIMENTOS E INSTRUÇÕES DE COORDENAÇÃO (SERVIÇOS MÉDICOS E TRANSPORTE DE VÍTIMAS) 85
ESQUEMA 14 – PROCEDIMENTOS E INSTRUÇÕES DE COORDENAÇÃO (SOCORRO E SALVAMENTO) 89
ESQUEMA 15 – PROCEDIMENTOS E INSTRUÇÕES DE COORDENAÇÃO (SERVIÇOS MORTUÁRIOS) 92
ESQUEMA 16 – ORGANIZAÇÃO DOS SISTEMAS DE ALERTA 115
ESQUEMA 17 – ORGANIZAÇÃO DO SISTEMA DE AVISO 116
ESQUEMA 18 – MODELO CONCEPTUAL DO RISCO (ADAPTADO DE UNDRO, 1979) 162
ESQUEMA 19 – ESQUEMA FORMAL DA ANÁLISE, AVALIAÇÃO E GESTÃO DO RISCO (ADAPTADO DE CANUTI & CASAGLI, 1994) 165

Esquema 20 – Procedimentos Operacionais – Incêndio Florestal....247
Esquema 21 – Procedimentos Operacionais – Movimentos de massa em vertentes....252
Esquema 22 – Procedimentos Operacionais Ondas de Calor / Vagas de Frio....259
Esquema 23 – Procedimentos Operacionais – Cheia / Inundação....264

Índice de Figuras

Figura 1 – Estrutura Nacional de Proteção Civil....96
Figura 2 – Estrutura da Operações de Proteção Civil....99
Figura 3 – Sistema de Gestão de Operações....101
Figura 4 – Zonas de Intervenção....106
Figura 5 – Matriz de Risco – Grau de Risco....213

Índice de Gráficos

Gráfico 1 – Gráfico termo pluviométrico de Folgares (Vila Flor)....129
Gráfico 2 – Variação da população residente entre 1971 e 2001 nas freguesias do município de Torre de Moncorvo....137
Gráfico 3 – Estrutura etária no município de Torre de Moncorvo em 1991 e 2001....140
Gráfico 4 – Estrutura etária da população das freguesias de Torre de Moncorvo em 2001....140
Gráfico 5 – Década de construção dos edifícios do município de Torre de Moncorvo....144
Gráfico 6 – Década de construção dos edifícios nas freguesias de Torre de Moncorvo....145
Gráfico 7 – Distribuição da população ativa em Torre de Moncorvo....148
Gráfico 8 – Número de Dias de Ondas de Calor em Folgares (1982-1997; 2004-2009)....167
Gráfico 9 – Temperatura média, máxima e mínima das ondas de calor em Folgares (1982-1997; 2004-2009)....168
Gráfico 10 – Número de Dias de Vagas de Frio em Folgares (1982-1997; 2004-2009)....171
Gráfico 11 – Temperatura média, máxima e mínima das Vagas de Frio em Folgares (1982-1997; 2004-2009)....171
Gráfico 12 – Relação entre a altitude e o número de dias com queda de neve nas estações climatológicas (normal 1951-80) do Douro Superior e área envolvente....175
Gráfico 13 – Relação entre a altitude e o número de dias com solo coberto de neve nas estações climatológicas (normal 1951-80) do Douro Superior e área envolvente....176
Gráfico 14 – Taxa de Sucesso do modelo de suscetibilidade à ocorrência de movimentos de massa em vertentes no território do Douro Superior e definição das quatro classes de suscetibilidade....194
Gráfico 15 – Evolução dos acidentes rodoviários com vítimas e do número de vítimas mortais no município de Torre de Moncorvo entre 2004 e 2009....196
Gráfico 16 – Acidentes com mortos ou feridos graves por mês de ocorrência no município de Torre de Moncorvo, entre 2004 e 2009....196
Gráfico 17 – Pontes e viadutos no município de Torre de Moncorvo....200
Gráfico 18 – Percentagem de incêndios em edifícios no concelho de Torre de Moncorvo entre 2006 e 2010....207
Gráfico 19 – Percentagem de População com idade superior a 65 anos e percentagem de edifícios com idade superior a 25 anos, por freguesia, no concelho de Torre de Moncorvo....233

Índice de Mapas

Mapa 1 – Enquadramento Territorial....14
Mapa 2 – Localização da ZCR e ZRR....60
Mapa 3 – Localização das ZCAP....66
Mapa 4 – Itinerários principais de evacuação....81
Mapa 5 – Carta municipal de enquadramento geográfico de Torre de Moncorvo....118
Mapa 6 – Carta municipal de hipsometria de Torre de Moncorvo....119
Mapa 7 – Carta municipal de declives de Torre de Moncorvo....120

Mapa 8 – Carta municipal de geologia simplificada de Torre de Moncorvo....121
Mapa 9 – Carta Municipal da Rede Hidrográfica Principal em Torre de Moncorvo....124
Mapa 10 – Carta municipal de pontos de água de Torre de Moncorvo....127
Mapa 11 – Carta municipal de usos de solos de Torre de Moncorvo....132
Mapa 12 – Carta Municipal de População Residente em 2001 de Torre de Moncorvo....134
Mapa 13 – Carta Municipal de Densidade Populacional em 2001 de Torre de Moncorvo....135
Mapa 14 – Carta Municipal de Variação da População Residente entre 1991 e 2001 de Torre de Moncorvo 136
Mapa 15 – Carta Municipal de Síntese da Dinâmica Demográfica entre 1971 e 2001 de Torre de Moncorvo 138
Mapa 16 – Carta Municipal de Síntese de Classes de Estrutura Etária em 2001 de Torre de Moncorvo....141
Mapa 17 – Carta Municipal de Número de Edifícios Clássicos em Torre de Moncorvo 143
Mapa 18 – Localização de edifícios em mau estado de conservação no município de Torre de Moncorvo....146
Mapa 19 – Carta municipal dos sectores de atividade em Torre de Moncorvo....149
Mapa 20 – Localização de ETA´s, ETAR´s, sistema adutor e emissários nos concelhos do Douro Superior/Terra Quente (http://www.aguas–tmad.pt/sistema/index.php)....154
Mapa 21 – Carta municipal de equipamentos de utilização coletiva (estabelecimentos de ensino) em Torre de Moncorvo 157
Mapa 22 – Carta municipal de equipamentos de utilização coletiva (estabelecimentos de ensino) em Torre de Moncorvo 158
Mapa 23 – Carta municipal de equipamentos de utilização coletiva, justiça, segurança e proteção civil em Torre de Moncorvo 159
Mapa 24 – Carta municipal de infraestruturas rodoviárias em Torre de Moncorvo 160
Mapa 25 – Carta Municipal das infraestruturas de produção, armazenamento e distribuição de energia em Torre de Moncorvo 161
Mapa 26 – Distribuição espacial do número médio de dias com Ondas de Calor (1982-1997; 2004-2009) no município de Torre de Moncorvo....169
Mapa 27 – Distribuição espacial do número médio de dias com Vagas de Frio (1982-1997; 2004-2009) no município de Torre de Moncorvo....173
Mapa 28 – Distribuição espacial do número médio de dias com queda de neve (1951-80) no município de Torre de Moncorvo. 177
Mapa 29 – Distribuição espacial do número médio de dias com solo coberto de neve (1951-80) no município de Torre de Moncorvo. 178
Mapa 30 – Suscetibilidade a inundações no município de Torre de Moncorvo. 181
Mapa 31 – Distribuição espacial do número de anos de seca moderada a extrema (média mensal do SPI de 12 meses) no concelho de Torre de Moncorvo. 186
Mapa 32 – Distribuição espacial do número de anos de seca fraca (média mensal do SPI de 12 meses) no concelho de Torre de Moncorvo....187
Mapa 33 – Suscetibilidade sísmica no município de Torre de Moncorvo. 189
Mapa 34 – Suscetibilidade sísmica no município de Torre de Moncorvo. 190
Mapa 35 – Suscetibilidade aos Movimentos de Massa em Vertentes no Município de Torre de Moncorvo. ..193
Mapa 36 – Rede viária e distribuição dos acidentes rodoviários graves, entre 2004 e 2009. 197
Mapa 37 – Locais de acesso ao fundo do vale em caso de acidente fluvial no Rio Douro....198
Mapa 38 – Distribuição das pontes e viadutos no município de Torre de Moncorvo. 201
Mapa 39 – Minas desativadas no município de Torre de Moncorvo....203
Mapa 40 – Postos de abastecimento de combustíveis no município de Torre de Moncorvo. 205
Mapa 41 – Distribuição espacial do número de incêndios em edifícios no concelho de Torre de Moncorvo entre 2006 e 2010....206
Mapa 42 – Carta de Visibilidade dos Postos de Vigia no município de Torre de Moncorvo 210
Mapa 43 – Carta de Suscetibilidade de Incêndio Florestal em Torre de Moncorvo....211
Mapa 44 – População Vulnerabilidade a Ondas de Calor e Vagas de Frio no concelho de Torre de Moncorvo. 216
Mapa 45 – Vulnerabilidade a Secas por freguesia no concelho de Torre de Moncorvo. 223
Mapa 46 – Idade do edificado nos aglomerados populacionais do município de Torre de Moncorvo. 225
Mapa 47 – Distribuição espacial da vulnerabilidade a incêndios em edifícios à subsecção, no concelho de Torre de Moncorvo....234

MAPA 48 – PRIORIDADES DE DEFESA DA FLORESTA NO CONCELHO DE TORRE DE MONCORVO. 237
MAPA 49 – SITAC – INCÊNDIO FLORESTAL 246
MAPA 50 – MOVIMENTOS DE MASSA EM VERTENTE – CAMINHOS ALTERNATIVOS 250
MAPA 51 – CENÁRIO DE CHEIAS 261
MAPA 52 – CENÁRIO DE CHEIAS / INUNDAÇÕES – ALTERNATIVA 263

Índice de Tabelas

TABELA 1 – INTERLIGAÇÃO DOS INSTRUMENTOS DE GESTÃO TERRITORIAL COM O PMEPCTM 17
TABELA 2 – PONTOS DE CONVERGÊNCIA ENTRE OS INSTRUMENTOS DE ORDENAMENTO E PLANEAMENTO DO TERRITÓRIO COM O PMEPCTM 17
TABELA 3 – MEIOS DE PUBLICITAÇÃO DA ATIVAÇÃO DO PLANO 18
TABELA 4 – MATRIZ DE RISCO – ATIVAÇÃO DO PLANO 20
TABELA 5 – CALENDARIZAÇÃO DE EXERCÍCIOS 22
TABELA 6 – ORGANIZAÇÃO DA PROTEÇÃO CIVIL NO MUNICÍPIO DE TORRE DE MONCORVO 26
TABELA 7 – AÇÕES A DESENVOLVER – FASE DE EMERGÊNCIA 28
TABELA 8 – ENTIDADES E AGENTES INTERVENIENTES NA FASE DE EMERGÊNCIA FACE À TIPOLOGIA DE RISCO NATURAL 29
TABELA 9 – ENTIDADES E AGENTES INTERVENIENTES NA FASE DE EMERGÊNCIA FACE À TIPOLOGIA DE RISCO TECNOLÓGICO 30
TABELA 10 – ENTIDADES E AGENTES INTERVENIENTES NA FASE DE EMERGÊNCIA FACE À TIPOLOGIA DE RISCO MISTO 31
TABELA 11 – AÇÕES A DESENVOLVER – FASE DE REABILITAÇÃO 32
TABELA 12 – ENTIDADES E AGENTES INTERVENIENTES NA FASE DE REABILITAÇÃO FACE À TIPOLOGIA DE RISCO NATURAL 33
TABELA 13 – ENTIDADES E AGENTES INTERVENIENTES NA FASE DE REABILITAÇÃO FACE À TIPOLOGIA DE RISCO TECNOLÓGICO 34
TABELA 14 – ENTIDADES E AGENTES INTERVENIENTES NA FASE DE REABILITAÇÃO FACE À TIPOLOGIA DE RISCO MISTO 35
TABELA 15 – AGENTES DE PROTEÇÃO CIVIL 36
TABELA 16 – ORGANISMOS E ENTIDADES COM ESPECIAL DEVER DE COOPERAÇÃO 36
TABELA 17 – TAREFAS PARA CADA AGENTE DE PROTEÇÃO CIVIL NA FASE DE EMERGÊNCIA 40
TABELA 18 – TAREFAS PARA CADA AGENTE DE PROTEÇÃO CIVIL NA FASE DE REABILITAÇÃO 42
TABELA 19 – TAREFAS PARA CADA ORGANISMO OU ENTIDADE DE APOIO NA FASE DE EMERGÊNCIA 46
TABELA 20 – TAREFAS PARA CADA ORGANISMO OU ENTIDADE DE APOIO NA FASE DE REABILITAÇÃO 51
TABELA 21 – MISSÃO DAS ESTRUTURAS AUTÁRQUICAS NA FASE E EMERGÊNCIA 52
TABELA 22 – MISSÃO DAS ESTRUTURAS AUTÁRQUICAS NA FASE DE REABILITAÇÃO 53
TABELA 23 – COORDENAÇÃO, COLABORAÇÃO E PRIORIDADES DE AÇÃO NA ADMINISTRAÇÃO DE MEIOS E RECURSOS 55
TABELA 24 – RESPONSABILIDADES ADMINISTRATIVAS 56
TABELA 25 – TIPOLOGIA DE MATERIAL LOGÍSTICO 57
TABELA 26 – COORDENAÇÃO, COLABORAÇÃO E PRIORIDADES DE AÇÃO DA LOGÍSTICA DAS OPERAÇÕES 58
TABELA 27 – NECESSIDADES LOGÍSTICAS NO APOIO ÀS FORÇAS DE INTERVENÇÃO 59
TABELA 28 – PRIORIDADES DE AÇÃO NAS OPERAÇÕES DE LOGÍSTICA ÀS OPERAÇÕES 61
TABELA 29 – NECESSIDADES LOGÍSTICAS NO APOIO ÀS POPULAÇÕES 63
TABELA 30 – PRIORIDADES DE AÇÃO NAS OPERAÇÕES DE LOGÍSTICA 67
TABELA 31 – COORDENAÇÃO, COLABORAÇÃO E PRIORIDADES DE AÇÃO DAS COMUNICAÇÕES 68
TABELA 32 – REDE OPERACIONAL DE BOMBEIROS 68
TABELA 33 – COORDENAÇÃO, COLABORAÇÃO E PRIORIDADES DE AÇÃO DA GESTÃO DA INFORMAÇÃO 73
TABELA 34 – RESPONSABILIDADES ESPECÍFICAS NO QUE CONCERNE A INFORMAÇÃO A SER DIFUNDIDA A ENTIDADES PÚBLICAS E PRIVADAS QUE COLABORAM COM AS AÇÕES DE SOCORRO E REABILITAÇÃO 75
TABELA 35 – COORDENAÇÃO, COLABORAÇÃO, PRIORIDADES DE AÇÃO E PROCEDIMENTOS E INSTRUÇÕES DE COORDENAÇÃO NA GESTÃO DA INFORMAÇÃO PÚBLICA 76
TABELA 36 – COORDENAÇÃO, COLABORAÇÃO E PRIORIDADES DE AÇÃO DOS PROCEDIMENTOS DE EVACUAÇÃO 78
TABELA 37 – COORDENAÇÃO, COLABORAÇÃO E PRIORIDADES DE AÇÃO DA MANUTENÇÃO DA ORDEM PÚBLICA 82
TABELA 38 – COORDENAÇÃO, COLABORAÇÃO E PRIORIDADES DE AÇÃO NOS SERVIÇOS MÉDICOS E TRANSPORTE DE VÍTIMAS 84
TABELA 39 – COORDENAÇÃO, COLABORAÇÃO E PRIORIDADES DE AÇÃO NO SOCORRO E SALVAMENTO 86
TABELA 40 – MARCHA GERAL DAS OPERAÇÕES 88
TABELA 41 – COORDENAÇÃO, COLABORAÇÃO E PRIORIDADES DE AÇÃO NOS SERVIÇOS MORTUÁRIOS 90
TABELA 42 – OBJETIVOS E DOMÍNIOS DE ATUAÇÃO DA PROTEÇÃO CIVIL 94
TABELA 43 – PRINCÍPIOS ESPECIAIS APLICÁVEIS ÀS ATIVIDADES DE PROTEÇÃO CIVIL 95

Tabela 44 – Direção Política 96
Tabela 45 – Comissão Municipal de Proteção Civil 97
Tabela 46 – Competências dos Serviços Municipais de Proteção Civil 98
Tabela 47 – Comandante das Operações de Socorro 103
Tabela 48 – Adjuntos do COS 103
Tabela 49 – Células do Sistema de Gestão das Operações 105
Tabela 50 – Responsáveis das estruturas na célula de combate 105
Tabela 51 – Competências do Comandante Operacional Municipal 107
Tabela 52 – Competências de coordenação institucional da CMPC 108
Tabela 53 – Comissão Municipal de Proteção Civil 109
Tabela 54 – Definição de acidente grave e catástrofe 109
Tabela 55 – Competências, Pressupostos e Procedimentos da Declaração da Situação de Alerta 110
Tabela 56 – Avisos emitidos pelo Instituto Português do Mar e da Atmosfera 111
Tabela 57 – Critérios de emissão de avisos, para Ventos, Precipitação, Neve, Trovoada, Nevoeiro, Tempo Quente, Tempo Frio e Agitação Marítima 112
Tabela 58 – Critérios de emissão de avisos para as Temperaturas Mínimas e Máximas 112
Tabela 59 – Níveis de Alerta e respetivo Grau de Prontidão e Mobilização 115
Tabela 60 – Lista das principais ribeiras afluentes dos rios Douro e Sabor em Torre de Moncorvo 123
Tabela 61 – Lista de pontos de água no município de Torre de Moncorvo 126
Tabela 62 – Lista de pontos de água subterrâneos (furos verticais) em Torre de Moncorvo 126
Tabela 63 – Tipos e área ocupada de usos do solo no município de Torre de Moncorvo 131
Tabela 64 – População do Douro Superior, por município, desde o século XIX 133
Tabela 65 – Listagem e localização de edifícios em mau estado de conservação no município de Torre de Moncorvo 147
Tabela 66 – Origem da água do sistema de abastecimento de água e tratamento realizado no município de Torre de Moncorvo 152
Tabela 67 – Origem da água comprada do sistema de abastecimento de água e tratamento em ETA pela ATMAD 153
Tabela 68 – Unidades de Tratamento de Águas Residuais geridas pelo município de Torre de Moncorvo 154
Tabela 69 – Unidades de Tratamento de Águas Residuais geridas pela empresa Águas de Trás-os-Montes e Alto Douro 155
Tabela 70 – Perigos com incidência relevante no território do Município de Torre de Moncorvo 166
Tabela 71 – Estações climatológicas utilizadas na análise da distribuição espacial da neve 174
Tabela 72 – Número de anos com seca moderada a extrema e seca fraca identificados pelo SPI a 12 meses entre 1960 e 2005 em estações meteorológicas do Interior Norte de Portugal Continental. 185
Tabela 73 – Movimentos de massa em vertentes identificados no município de Torre de Moncorvo 191
Tabela 74 – Classes de suscetibilidade aos movimentos de massa em vertentes no município de Torre de Moncorvo 195
Tabela 75 – Suscetibilidade aos movimentos de massa em vertentes nas freguesias do Concelho de Torre de Moncorvo, expresso por percentagem do território da freguesia. 195
Tabela 76 – Área do concelho de Torre de Moncorvo visível por torres de vigia 208
Tabela 77 – Suscetibilidade ao incêndio florestal nas freguesias do município de Torre de Moncorvo, expresso por percentagem do território da freguesia 209
Tabela 78 – Grau de Probabilidade 212
Tabela 79 – Grau de Gravidade 213
Tabela 80 – Matriz de Risco para o Município de Torre de Moncorvo 214
Tabela 81 – População com mais de 65 anos em 2001, por freguesia e número médio de dias de ondas de calor no concelho de Torre de Moncorvo 215
Tabela 82 – População com mais de 65 anos em 2001, por freguesia e número médio de dias de vagas de frio no concelho de Torre de Moncorvo 217
Tabela 83 – Áreas inundáveis por freguesia e por tipo de inundação (área e fração da freguesia) no município de Torre de Moncorvo. 219
Tabela 84 – Infraestruturas (edificado e rede viária) potencialmente afetadas por tipo de inundação e por freguesia no município de Torre de Moncorvo (apenas se encontram representadas as freguesias com áreas inundável reportadas na Tabela 83. 220

Tabela 85 – Tipo de Edifícios localizados em áreas afetadas por inundação fluvial, inundação Fluvial progressiva/rutura de barragem e inundações várias (de montante e regolfo) 221
Tabela 86 – Edifícios com idade superior a 25 anos em aglomerados populacionais, nas freguesias de Torre de Moncorvo. 226
Tabela 87 – Distribuição de edificado e da rede viária pelas classes de suscetibilidade à instabilidade de vertentes no município de Torre de Moncorvo. 226
Tabela 88 – Áreas edificadas em vertentes com suscetibilidade elevada ou moderada no município de Torre de Moncorvo. 227
Tabela 89 – Rede viária instalada em vertentes com suscetibilidade elevada ou moderada no município de Torre de Moncorvo. 228
Tabela 90 – Áreas de edifícios de habitação e outras construções em áreas de suscetibilidade aos incêndios florestais elevada ou muito elevada no município de Torre de Moncorvo 235
Tabela 91 – Estradas municipais (E.M) e nacionais (E.N) implantadas em áreas de suscetibilidade aos incêndios florestais elevada ou muito elevada no município de Torre de Moncorvo 236
Tabela 92 – Medidas gerais de Mitigação 239
Tabela 93 – Medidas de Mitigação para risco de Incêndios Florestais 240
Tabela 94 – Medidas de Mitigação para os riscos de Cheias e inundações, Movimentos de massa em vertentes, Ondas de Frio/Calor, Nevões e Incêndios urbanos. 243
Tabela 95 – APC`S e entidades intervenientes no caso de Incêndio Florestal 244
Tabela 96 – Fita do Tempo 245
Tabela 97 – APC`S e entidades intervenientes no Cenário de Movimentos de massa em vertentes 248
Tabela 98 – APC`S e entidades intervenientes no Cenário de Vagas de Frio 253
Tabela 99 – APC`S e entidades intervenientes no Cenário de Ondas de Calor 256
Tabela 100 – APC`S e entidades intervenientes no Cenário de Cheias /Inundações 260

Parte I – Enquadramento Geral do Plano

1. Introdução

O Plano Municipal de Emergência de Proteção Civil de Torre de Moncorvo (adiante designado abreviadamente por PMEPCTM) é um documento formal que define o modo de atuação dos vários organismos, serviços e estruturas a empenhar em operações de Proteção Civil a nível municipal. Permite antecipar cenários suscetíveis e espectáveis de desencadear um acidente grave ou catástrofe, definindo a estrutura organizacional e os procedimentos para a preparação e aumento da capacidade de resposta à emergência.

O PMEPCTM é um plano de âmbito geral, elaborado para enfrentar a generalidade das situações de emergência que se admitem para o âmbito territorial e administrativo do município de Torre de Moncorvo.

Este deverá ser revisto, segundo a Resolução 25/2008 de 18 de Julho, no mínimo uma vez em cada dois anos, ou no caso de existirem alterações pertinentes resultantes dos exercícios utilizados para verificar a operacionalidade dos meios envolvidos no âmbito do plano, ou de situações reais onde se verifique a necessidade de alterações no mesmo.

O Município está sujeito a uma multiplicidade de riscos naturais, tecnológicos ou mistos que se podem manifestar a qualquer altura, no entanto aquele, que pelas características do município, ou até mesmo pela sua historicidade, é destacado é o risco de Incêndio Florestal.

O diretor do PMEPCTM é o Presidente da Câmara Municipal, Torre de Moncorvo, Fernando António Aires Ferreira ou na sua ausência, o seu substituto legal, o Vice-Presidente da Câmara Municipal, José Manuel Aires.

2. Âmbito de aplicação

O PMEPCTM é um plano de âmbito municipal, aplica-se á totalidade da área territorial do Município de Torre de Moncorvo, ou seja, uma área total de 53.277 hectares, correspondendo às suas freguesias (Açoreira; Adeganha; Cabeça Boa; Cardanha; Carviçais; Castedo; Felgar; Felgueiras; Horta da Vilariça; Larinho; Lousa; Maçores; Mós; Peredo dos Castelhanos; Souto da Velha; Torre de Moncorvo e Urros), Torre de Moncorvo é um dos concelhos do distrito de Bragança e um dos 19 municípios pertencentes à NUT III Douro.

Mapa 1 – Enquadramento Territorial

O PMEPCTM tem como objetivo, fazer face a todas as situações recorrentes da manifestação dos riscos **Naturais** (Ondas de Calor; Vagas de Frio; Nevões; Cheias e Inundações; Secas; Sismos; Movimentos de Massa em Vertentes; **Tecnológicos** (Acidentes Rodoviários e Fluviais; Acidentes no Transporte Terrestre de Mercadorias Perigosas; Colapso de Túneis, Pontes e outras Infraestruturas; Cheias e Inundações por Rutura de Barragens; Colapso de Galerias e Cavidades de Minas; Acidentes em Instalações de Combustíveis, Óleos e Lubrificantes; Incêndios em Centros Históricos e em Edifícios com Elevada Concentração Populacional) ou **Mistos** (Incêndios Florestais).

Os objetivos gerais a que o PMEPCTM se propõe, são:

- Providenciar, através de uma resposta concertada, as condições e os meios indispensáveis à minimização dos efeitos adversos de um acidente grave ou catástrofe;
- Definir as orientações relativamente ao modo de atuação dos vários organismos, serviços e estruturas a empenhar em operações de Proteção Civil;
- Definir a unidade de direção, coordenação e comando das ações a desenvolver;
- Coordenar e sistematizar as ações de apoio, promovendo maior eficácia e rapidez de intervenção das entidades intervenientes;
- Inventariar os meios e recursos disponíveis a recorrer em caso de acidente grave ou catástrofe;
- Minimizar a perda de vidas e bens, atenuar ou limitar os efeitos de acidentes graves ou catástrofes e restabelecer, o mais rapidamente possível, as condições mínimas de normalidade;
- Assegurar a criação das condições favoráveis ao empenho rápido, eficiente e coordenado de todos os meios e recursos disponíveis num determinado território, sempre que a gravidade e dimensão das ocorrências o justifique;
- Habilitar as entidades envolvidas no plano a manterem o grau de preparação e de prontidão necessário à gestão de acidentes graves ou catástrofes;
- Promover a informação das populações através de ações de sensibilização, tendo em vista a sua preparação, a assunção de uma cultura de autoproteção e o entrosamento na estrutura de resposta à emergência.

3. Enquadramento Legal

Legislação Estruturante

- Lei nº 65/2007, de 12 de Novembro – Enquadramento institucional e operacional da proteção civil no âmbito municipal, organização dos serviços municipais de proteção civil e competências do comandante operacional municipal;
- Decreto-Lei n.º 134/2006, de 25 de Julho – Sistema Integrado de Operações de Proteção e Socorro (SIOPS), com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei 114/2011;
- Lei nº 27/2006, de 3 de Julho – Lei de Bases de Proteção Civil, com as alterações introduzidas pela Lei Orgânica 1/2011.

Legislação Específica

- Resolução da Comissão Nacional de Proteção Civil nº 25/2008, de 18 de Julho – Critérios e normas técnicas para a elaboração e operacionalização de planos de emergência de proteção civil.

4. Antecedentes do Processo de Planeamento

A historicidade de acontecimentos resultantes do processo de planeamento de emergência está resumida á existência de um Plano Municipal de Emergência de Proteção Civil, datado de Junho de 1998.

O plano obteve o parecer favorável da Câmara Municipal de Torre de Moncorvo em 5 de Junho de 1998

O Plano Municipal de Emergência de Proteção Civil anterior nunca esteve em consulta pública, nem nunca foi ativado.

A presente versão do PMEPC de Torre de Moncorvo esteve em Consulta Pública a partir do dia 5 de Agosto de 2011 pelo período de 30 dias.

A presente versão do PMEPC de Torre de Moncorvo obteve parecer da CMPC em reunião realizada no dia 23 de Novembro de 2011.

5. Articulação com instrumentos de Planeamento e Ordenamento do Território

O planeamento e ordenamento do território revestem-se de vital importância no que diz respeito à minimização dos efeitos nefastos que podem ocorrer devido à manifestação dos riscos existentes no município de Torre de Moncorvo. Um uso cuidado e correto do solo, aliado á diminuição da vulnerabilidade, ou seja minimização da exposição de pessoas e bens, poderá potenciar o sucesso das políticas de proteção civil. Assim prevê-se que o PDM contenha informação referente às áreas de relevância operacional consideradas no PMEPC, bem como integre as áreas de perigosidade na Reserva Ecológica Nacional.

Neste contexto, na tabela seguinte encontra-se a interligação entre alguns dos instrumentos de planeamento e ordenamento do território que contribuem para a prossecução dos objetivos do PMEPCTM.

Nível		Designação do Instrumento		Contributo para o PMEPCTM
Âmbito Nacional		PNPOT	Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território	
		ENDS	Estratégia Nacional para o Desenvolvimento Sustentável	
	Planos Setoriais	PNA	Plano Nacional da Água	
		PNDFCI	Plano Nacional da Defesa da Floresta Contra Incêndios	
		PNAAS	Plano Nacional de Ação Ambiente e Saúde	
		PNPR	Plano Nacional de Prevenção Rodoviária	

		ENF	Estratégia Nacional para a Floresta	
		PROFD	Plano Regional de Ordenamento Florestal do Douro	
		PBHD	Plano da Bacia Hidrográfica do Douro	
Âmbito Regional		PROTN	Plano Regional de Ordenamento do Território do Norte	(Em elaboração)
Âmbito Municipal		PDM	Plano Diretor Municipal	Planta de Condicionantes
	Planos Setoriais	PMDFCI	Plano Municipal de Defesa da Floresta contra Incêndios	Carta de Perigosidade de Incêndio
Instrumentos de planeamento de emergência		PEDPC	Plano Distrital de Emergência de Proteção Civil	(em execução)
		PMEPC Adjacentes	Planos Municipais de Emergência de Proteção Civil dos Municípios adjacentes (Vila Nova de Foz Côa, Freixo de Espada-à-Cinta, Mogadouro, Alfândega da Fé, Vila Flor e Carrazeda de Ansiães)	(em execução)

Tabela 1 – Interligação dos Instrumentos de Gestão Territorial com o PMEPCTM

A tabela seguinte descreve os pontos de convergência entre PMEPCTM e os instrumentos de planeamento e ordenamento do território.

Instrumentos de Planeamento e ordenamento do Território / O PMEPCTM visa estabelecer	PNPOT	ENDS	PNA	PNDFCI	PNAAS	PNPR	ENF	PROFD	PBHD	PROTN	PDM	PMDFCI	PEDPC	PMEPC Adjacentes
Tipificação dos riscos	X	X	X	X	X				X	X	X	X	X	X
Medidas de prevenção a adotar	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
Identificação dos meios e recursos mobilizáveis, em situação de acidente grave ou catástrofe				X		X						X	X	X
Definição das responsabilidades que incumbem aos organismos, serviços e estruturas, públicas ou privadas, com competências no domínio da proteção civil municipal	X		X	X				X	X	X		X	X	X
Critérios de mobilização e mecanismos de coordenação dos meios e recursos, públicos ou privados utilizáveis				X								X	X	X
Estrutura operacional que vai garantir à unidade de direção e o controlo permanente da situação	X			X								X	X	X

Tabela 2 – Pontos de convergência entre os instrumentos de ordenamento e planeamento do território com o PMEPCTM

6. Ativação do Plano

6.1. Competências para a ativação do Plano

Nos termos do nº2 do artigo 40, concatenado com o nº2 do artigo 38, da Lei de Bases da Proteção Civil (Lei nº27/2006, de 3 de Julho), e tal como disposto no nº3 do artigo 3º da Lei nº65/2007, de 12 de Novembro, compete exclusivamente à Comissão Municipal de Proteção Civil do Município de Torre de Moncorvo a ativação/desativação do PMEPCTM.

A ativação do PMEPCTM pode ser, dependendo da complexidade da situação, deliberada com a presença do diretor do plano ou pelo seu substituto legal e contar com a presença de pelo menos mais 2 (dois) elementos, no entanto, deverá logo que possível, ser ratificada *a posteriori* pelo plenário da CMPC.

A publicitação da ativação do PMEPCTM será levada a cabo, atendendo à extensão territorial da emergência e da sua gravidade, devendo ser sempre alargada aos municípios vizinhos e CDOS respetivo. Nesse sentido os meios a utilizar serão:

Meios de Publicitação da Ativação do Plano		
Órgãos de Comunicação Social	Órgãos de Comunicação Social, de âmbito territorial considerado mais apropriado.	Exemplos: Rádio Torre de Moncorvo Rádio Planalto Rádio Bragança Rádio Brigantia Jornal do Nordeste Mensageiro de Bragança Outros de âmbito territorial mais alargado, considerados pertinentes para o efeito
Sítio da internet	Página de Internet da Câmara Municipal de Torre de Moncorvo	http://www.cm-moncorvo.pt/
Editais	Editais afixados em locais próprios para o efeito.	

Tabela 3 – Meios de Publicitação da ativação do Plano

A desmobilização operacional dos agentes de Proteção Civil envolvidos nas operações dependerá essencialmente do entendimento do Comandante das Operações de Socorro; no entanto deverá partir de um entendimento entre este, o Diretor do Plano, o Comandante Operacional Municipal e o Serviço Municipal de Proteção Civil de Torre de Moncorvo, bem como a desativação do PMEPCTM. A publicitação da sua desativação será efetuada da mesma forma que a sua ativação.

6.2. Critérios para a ativação do Plano

Os critérios para a ativação dos Planos de Emergência têm em conta a natureza das emergências, quer estas resultem em acidentes graves ou catástrofes, contudo a sua gravidade e a extensão dos seus efeitos previsíveis, bem como os resultados da sua mitigação resultante da sua ativação deverão ser tomados em conta. Os pressupostos utilizados para a ativação do PMEPCTM, constituem uma base de critérios coerentes e perfeitamente adaptados à realidade do município, assistindo assim o processo de tomada de decisão da ativação / desativação do plano, contudo a ativação será sempre levada a cabo em função da decisão da Comissão Municipal de Proteção Civil.

Os critérios a serem tomados em conta serão:

Em primeira instância este deverá ser **ativado** sempre que se declare a **situação de alerta** ao nível da parcela territorial do município a que o plano diz respeito. Concorrendo para o cumprimento do estabelecido no ponto 1 do artigo 15º da Lei nº27/2006, de 3 de Julho.

Será também **ativado** ou **não,** consoante o grau de risco existente, contemplado pela declaração da Comissão Nacional de Proteção Civil nº 97/2007, de 16 de Maio. O resultado do grau de risco é obtido através da matriz de risco, onde são interpolados o respetivo grau de gravidade e o grau de probabilidade.

O grau de gravidade é tipificado pela escala de intensidade das consequências negativas das ocorrências. O grau de probabilidade é tipificado na seguinte tabela de probabilidade / frequência de consequências negativas da ocorrência.

A relação entre a gravidade das consequências negativas e a probabilidade de ocorrências reflete, na generalidade, o grau de risco, sendo o plano passível de ser ativado através dos seguintes pressupostos:

Matriz de Risco				
PROBABILIDADE / FREQUÊNCIA		GRAVIDADE / INTENSIDADE		
		MODERADA	ACENTUADA	CRITICA
		Tratamento médico necessário, mas sem vítimas mortais. Algumas hospitalizações. Retirada de pessoas por um período de 24 horas. Algum pessoal técnico necessário. Alguns danos. Alguma disrupção na comunidade (menos de 24 horas). Pequeno impacto no ambiente, sem efeitos duradoiros. Alguma perda financeira.	Número elevado de feridos e de hospitalizações. Número elevado de retirada de pessoas por um período superior a 24 horas. Vítimas mortais. Recursos externos exigidos para suporte ao pessoal de apoio. Danos significativos que exigem recursos externos. Funcionamento parcial da comunidade com alguns serviços indisponíveis. Alguns impactos na comunidade com efeitos a longo prazo. Perda financeira significativa e assistência financeira necessária.	Situação crítica. Grande número de feridos e de hospitalizações. Retirada em grande escala de pessoas por uma longa duração. Significativo número de vítimas mortais. Pessoal de apoio e reforço necessário. A comunidade deixa de conseguir funcionar sem suporte significativo. Impacto ambiental significativo e/ou danos permanentes.
CONFIRMADA	Ocorrência real verificada.	ELEVADO – Ativação	EXTREMO – Ativação	EXTREMO – Ativação
ELEVADA	É expectável que ocorra em quase todas as circunstâncias; e/ou nível elevado de incidentes registados; e/ou fortes evidências; e/ou forte probabilidade de ocorrência do evento; e/ou fortes razões para ocorrer; Pode ocorrer uma vez por ano ou mais.	ELEVADO – Ativação	EXTREMO – Ativação	EXTREMO – Ativação
MÉDIA - ALTA	Irá provavelmente ocorrer em quase todas as circunstâncias; e/ou registos regulares de incidentes e razões fortes para ocorrer; Pode ocorrer uma vez em cada 5 anos.	MODERADO – Declaração de Situação de Alerta	ELEVADO – Ativação	ELEVADO – Ativação
MÉDIA	Não é provável que ocorra; Não há registos ou razões que levem a estimar que ocorram; pode ocorrer uma vez em cada 100 anos.	BAIXO – Não ativação	MODERADO – Não ativação	MODERADO – Não ativação

Tabela 4 – Matriz de Risco – Ativação do Plano

São também critérios para ativação do plano:

a) Incêndio florestal cuja área exceda os **1000 ha** e/ou decorra mais de **72h** seguidas sem que tenha passado à fase de rescaldo;
b) Iminência ou ocorrência de outros fenómenos, que não os mencionados anteriormente e que sejam suscetíveis de fomentar a ativação do plano;

Assim que as condições de segurança estiverem garantidas para a população e restabelecidas as condições mínimas de normalidade, o PMEPCTM poderá ser desativado por decisão da CMPC. Nesta sequência, deverão ser desenvolvidos os respetivos mecanismos de desativação de emergência por todas as entidades envolvidas aquando a ativação do Plano.

A CMPC deverá estabelecer um contacto permanente com o CDOS de modo a comunicar a ativação/desativação do PMEPCTM, a agilizar as estratégias de intervenção e a garantir o fluxo contínuo de informação atualizada da situação. A ativação/desativação do PMEPCTM deverá também ser comunicada aos municípios adjacentes. A publicitação da sua desativação será efetuada da mesma forma que a sua ativação.

7. Programa de Exercícios

O plano de emergência deve ser regularmente treinado através de exercícios em que se simulam situações de emergência a diferentes níveis. Com o planeamento e realização destes treinos poderá, por um lado, testar-se o plano em vigor, adaptando-o e atualizando-o se for caso disso, e, por outro lado, fazerem-se rotinas dos procedimentos a adotar em situação real de emergência.

Tipologia de Risco	Data	Entidades a Envolver	Tipo de exercício (CPX[1]; LivEx[2])
Incêndios Florestais	2ºsemestre de 2013	SMPC; Bombeiros Voluntários de Torre de Moncorvo; Autoridade de Saúde do Município; Centro de Saúde; Sapadores Florestais; INEM; GNR; EDP; REN; ICNF; Juntas de Freguesias; ICNF.	LivEx
Nevões; Ondas de Calor e Ondas de Frio	1ºsemestre de 2014	SMPC; Bombeiros Voluntários de Torre de Moncorvo; Autoridade de Saúde do Município; Centro de Saúde; INEM; GNR; EDP; REN; Estradas de Portugal; Juntas de Freguesias; Instituto da Segurança Social, I.P.	CPX
Cheias e Inundações	2ºsemestre de 2014	SMPC; Bombeiros Voluntários de Torre de Moncorvo; Autoridade Marítima; Autoridade de Saúde do Município; Centro de Saúde; INEM; GNR; EDP; REN; Estradas de Portugal; Juntas de Freguesias; Instituto da Segurança Social, I.P.; ICNF.	LivEx
Sismos	1ºsemestre de 2015	SMPC; Bombeiros Voluntários de Torre de Moncorvo; Autoridade de Saúde do Município; Centro de Saúde; INEM; GNR; EDP; REN; Estradas de Portugal; Juntas de Freguesias; Instituto da Segurança Social, I.P.	CPX

Tabela 5 – Calendarização de exercícios

1 Comand Post Exercise – entende-se aquele que se realiza em contexto de sala de operações e tem como objetivos testar o estado de prontidão e a capacidade de resposta e de mobilização de meios das diversas entidades envolvidas nas operações de emergência.

2 Entende-se um exercício de ordem operacional, no qual se desenvolvem missões no terreno, com meios e equipamentos, permitindo avaliar as disponibilidades operacionais de execução das entidades envolvidas.